

# REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL – caso concreto: mineração em Santa Catarina e o meio ambiente<sup>\*</sup>

Paulo Afonso Brum Vaz

---

## RESUMO

Afirma que a preocupação com a higidez ambiental, de uma maneira geral, é relativamente recente. Em contrapartida, o homem, desde o início de sua existência na Terra, cuidou de degradá-la.

Salienta ser enorme o passivo ambiental em todas as atividades econômicas, tendo em vista os danos ambientais causados pela urbanização desordenada, utilização deletéria dos recursos marinhos, uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura, extração vegetal de florestas nativas e o comprometimento de boa parte de nossos mananciais de água potável etc.

Esclarece que ninguém ignora os efeitos degradantes da mineração de ouro, cassiterita, gipsita e xelita na Amazônia, bem como no nordeste.

Por fim, enfoca a grave situação de degradação ambiental no sul do Brasil, mormente no Estado de Santa Catarina, como decorrência da extração de carvão mineral, situação que originou uma rumorosa ação civil pública, ajuizada na Justiça Federal de Criciúma.

## PALAVRAS-CHAVE

Direito Ambiental; dano ambiental; degradação ambiental; Santa Catarina; meio ambiente.

---

<sup>\*</sup> Conferência proferida no “Seminário de Direito Ambiental – Ano V”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, nos dias 27 e 28 de março de 2003, no Teatro Palácio de Castro, Rio Branco/AC.

## 1 QUADRO DA DEGRADAÇÃO AMBIENTAL NA REGIÃO SUL-CATARINENSE

**D**e um modo geral, com mais ou menos intensidade, a atividade mineradora, de qualquer espécie, é ofensiva ao meio ambiente, pelo menos enquanto não-planejada, indiscriminada, clandestina ou não-fiscalizada. Interessa-nos o grave problema da mineração do carvão nas grandes jazidas situadas na Bacia Carbonífera do Sul do Estado de Santa Catarina. A região foi considerada, pelo Decreto n. 85.206, de 25 de setembro de 1980, a 14ª área crítica nacional para efeito de controle da poluição e qualidade ambiental. Os principais problemas são:

a) comprometimento da malha hidrográfica da região em 2/3 de sua extensão<sup>1</sup>: os valores de pH das águas dos rios atingem em certos trechos o nível de 2 a 3 unidades, com elevados teores de acidez e de sulfatos de ferro; grandes extensões da rede hidrográfica encontram-se assoreadas pela deposição de finos e ultrafinos do carvão e dos rejeitos de materiais xistosos e argilosos, com acentuada turbidez e concentrações de sólidos sedimentáveis, concorrendo para incrementar os efeitos de transbordamento verificados na região; prejuízos às atividades agro-pastoris; as zonas lacustres situadas a jusante das bacias hidrográficas têm sido atingidas por cargas poluentes insuportáveis à manutenção da vida aquática, com sérios prejuízos à indústria pesqueira e turística locais; degradação de extensas áreas rurais e urbanas devido à deposição de rejeitos sólidos em locais e sob forma inadequados;

b) rejeitos piritosos e estéreis, abandonados de forma descriteriosa, comprometem áreas superiores a 5.000 ha. na região carbonífera. A lixiviação destas pilhas contribui para a acidificação do solo e das águas superficiais. Em épocas de cheia, seus rejeitos nocivos agredem áreas de cultivo pela deposição da suspensão piritosa. Comprovadamente, a potencialidade do solo é afetada onde as águas superficiais poluídas são utilizadas para o plantio irrigado. Também a subsidência e solapamento da superfície, em áreas de lava subterrânea, afeta a potencialidade do solo na área rural e ameaça a estabilidade das edificações no centro urbano; e

c) a poluição em nível atmosférico se faz mediante altos índices

de cinzas e enxofre, provenientes da exploração do carvão. A cidade de Criciúma, uma das mais importantes do Estado de Santa Catarina, nos tempos áureos da mineração, possuía índices de poeira no ar superiores aos da cidade de Cubatão, em São Paulo. Tivemos o fenômeno climático chamado "chuva ácida", decorrência da combustão do carvão mineral e da conseqüente liberação de poluentes, os quais, ao entrar em contato com o vapor d'água da atmosfera, produzem outras substâncias (por meio de reações químicas), provoca sua contaminação que chega às nuvens, provocando uma chuva de substâncias químicas prejudiciais ao meio ambiente ao penetrar nos lagos, rios e florestas.

d) Outra forma de contaminação bastante comum é a utilização de rejeitos de mineração como material de empréstimo para o aterramento de áreas baixas e posterior construção de vilas e condomínios, além de sua utilização para o recobrimento primário de estradas. A exposição desse material à lixiviação das águas pluviiais expande o processo de poluição para áreas sem atividades mineiras.

e) Afora a agressão que causam ao meio ambiente e à biota, os particulados determinam graves prejuízos à qualidade de vida e à saúde das comunidades: aumento considerável da incidência de doenças respiratórias na população em geral e de pnemoconiose, doença que acomete os trabalhadores da mineração, e até casos esparsos de anencefalia (nascimento de crianças sem cérebro).

## 2 MINERAÇÃO: CASO CONCRETO E A SOLUÇÃO JUDICIAL

Em razão desse quadro, extremamente grave, foi ajuizada pelo MPF uma ação civil pública, que, dentre os outros pedidos, visava à reconstituição do meio ambiente afetado pela mineração e a não-continuidade do processo de degradação ambiental. Nessa ação figuravam no pólo passivo, além de vinte e duas mineradoras (pessoas jurídicas), seus sócios-gerentes e sucessores, a União e o Estado de Santa Catarina. Depois de uma longa tramitação, em razão das dificuldades de citação dos inúmeros litisconsortes, foi proferida uma sentença cujo comando é o seguinte: *Ante o exposto: 1. julgo procedente o pedido principal, para condenar as empresas mineradoras que figuram no pólo passivo, seus sócios-gerentes, mandatários ou represen-*

*tantes (ou sucessores), a União e o Estado de Santa Catarina, solidariamente, a apresentar, dentro de seis meses, a partir da intimação da sentença, um projeto de recuperação da região que compõe a Bacia Carbonífera do Sul do Estado, contemplando, no mínimo, todos os itens assinalados no Provida-SC, com cronograma mensal de etapas a serem executadas, e executar dito projeto no prazo de três anos, contemplando as áreas de depósitos de rejeitos, áreas mineradas a céu aberto e minas abandonadas, bem como o desassoreamento, fixação de barrancas, descontaminação e retificação dos cursos d'água, além de outras obras que visem a amenizar os danos sofridos, principalmente pela população dos municípios-sede da extração e do beneficiamento; 2. é cominada aos condenados a pena de multa de 1% do valor da causa por mês de atraso no prazo de entrega do projeto ou no cronograma de execução; 3. em caso de não-acatamento da ordem emanada neste decisum, sem prejuízo da incidência da pena pecuniária cominada, como medida de sub-rogação, será contratado, às expensas dos condenados, terceiro para que elabore e execute o projeto (art. 461, § 5º, CPC); 4. ficam as mineradoras ainda em atividade obrigadas a ajustar suas condutas às normas de proteção ambiental<sup>2</sup>, comprovando, no prazo de 60 dias, sob pena de interdição, o cumprimento de todas as exigências legais, junto à FATMA e ao DNPM, que deverão apresentar, em idêntico prazo, relatório circunstanciado de visita fiscalizatória em todas as minas em atividade na região, comprovando as eventuais medidas de esclarecimento e punição que adotarem (art. 461 do CPC); e 5. cumpre ao autor da ação, diretamente ou através de outra entidade que venha a indicar, opinar sobre o projeto a ser apresentado, que será objeto de chancela judicial, fiscalizando sua execução, até a conclusão<sup>3</sup>.*

A antecipação da tutela foi mantida pelo Tribunal Regional Federal – TRF da 4ª Região. Em decorrência, as rés apresentaram um projeto de reconstituição do meio ambiente da região. É extremamente complexo e volumoso, o qual passou pela apreciação do Ministério Público Federal – MPF e pela chancela judicial, estando em plena execução.

Em julgamento ocorrido em 22 de outubro de 2002, o TRF da 4ª Região manteve a condenação em relação às empresas mineradoras e à

União, julgando improcedentes os pedidos quanto aos sócios-gerentes daquelas e ao Estado de Santa Catarina. O acórdão da 3ª Turma do TRF – 4ª Região (Apelação Cível n. 2001.04.01.016215-3/SC), com base no voto da Desembargadora Federal Maria de Fátima Labarrère, também reformou em parte a sentença quanto ao prazo fixado para o cumprimento de seu comando, ampliando-o para dez anos.

### 3 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À MINERAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE E À RESPONSABILIDADE DO CAUSADOR DO DANO

Em um primeiro plano, deve-se ressaltar, a teor do disposto no art. 20, inc. IX, da Constituição Federal, que os recursos minerais, inclusive os do subsolo, são bens da União, e que a pesquisa e lavra desses recursos só poderão ser feitas por sua autorização ou concessão (art. 176, §1º). Sobre a competência legislativa, compete à União, privativamente, legislar sobre jazidas, minas e outros recursos minerais (CF, art. 22, inc. XII). É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais em seus territórios (art. 23, XI, CF).

Sobre a atividade mineradora, vige o Código de Mineração (Decreto-lei n. 227, de 28 de fevereiro de 1967), que, em relação ao meio ambiente, em seu art. 47, dispõe: *incumbe ao minerador responder pelos danos e prejuízos a terceiros, que resultarem, direta ou indiretamente, da lavra* (inc. VIII), *e evitar poluição do ar ou da água, que possa resultar dos trabalhos de mineração* (inc. XI). Essas disposições já se encontravam no revogado Código de Minas de 1940.

### 4 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO AMBIENTAL INVOCADOS NA SENTENÇA

Qualquer abordagem sobre o tema “meio ambiente” pressupõe atenção aos princípios norteadores do Direito Ambiental. Afinal, são os princípios que irão direcionar a atuação legislativa, a exegese das normas e suprir eventuais lacunas do Direito positivo. São, em outras palavras, as bases de sustentação, os fundamentos de validade de qualquer ramo do Direito. Enfoco, em especial,

alguns princípios que estão direta e mais intimamente relacionados com a mineração no Estado de Santa Catarina.

#### 4.1 PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO

Não há dúvida de que a proteção ambiental é medida de interesse coletivo. O direito ao meio ambiente sadio situa-se entre os interesses difusos da sociedade. Sendo eminentemente público, prevalece sobre o interesse de natureza privada. A preservação ambiental é fator essencial para, em última instância, assegurar a existência da vida em sociedade. Havendo dúvida sobre a solução de um caso concreto, deve prevalecer aquela que proteja os interesses da sociedade. Alegação comum na região da bacia carbonífera, pelos altos índices de desemprego, baseia-se no argumento de que o empreendimento produtivo, mesmo prejudicial ao meio ambiente, deve ser autorizado e mantido. O princípio em questão impõe que se considere muito mais os interesses gerais da sociedade do que os do grupo teoricamente favorecido pela manutenção de emprego.

O Direito Ambiental é marcado por grandes conflitos de direitos fundamentais. São as chamadas “colisões de direitos fundamentais”, ocorridas quando o exercício ou a realização do direito fundamental de um titular opera consequências negativas sobre direitos fundamentais de outros titulares de direitos fundamentais. É comum na seara do Direito Ambiental a ocorrência da colisão de direitos fundamentais em sentido amplo, vale dizer, a colisão de direitos fundamentais com bens coletivos. Aos princípios do Direito Ambiental correspondem direitos fundamentais, sobretudo o direito ao meio ambiente equilibrado e o direito à tutela do Estado ao meio ambiente (Estado de Direito ecológico), que constituem direitos fundamentais coletivos<sup>4</sup>. O direito de propriedade e o direito à liberdade do exercício profissional, por exemplo, têm, não-raro, o seu exercício ou realização colidentes com os referidos direitos fundamentais coletivos de natureza ambiental.

Diante da colisão de princípios, é preciso verificar qual dos princípios possui maior peso diante das circunstâncias concretas. Avulta, no que se convencionou chamar de “ponderação”, a importância dos princípios

da razoabilidade (harmonização) e da proporcionalidade. A razoabilidade, ou harmonização, num primeiro estágio, vai apontar qual o princípio deve ser privilegiado, com base na axiologia constitucional, ou seja, nos valores que a Constituição preza. A proporcionalidade, em uma segunda operação, vai evitar que a mitigação de um dos princípios imponha sacrifício de seu enunciado capaz de impedir a sua realização. Irá definir os critérios de delimitação da relação meio-fim, assegurando a restrição na exata medida do necessário e evitando excessos. Vai salvar o núcleo essencial do direito tutelado pelo princípio que sofrerá a intervenção<sup>5</sup>. Resta evidente que, em matéria de meio ambiente, o interesse público há sempre de se sobrepor ao interesse privado, resolvendo-se a colisão de direitos fundamentais em favor do bem coletivo, mas sem que o direito fundamental privado reste aniquilado. A coexistência entre o desenvolvimento econômico e a proteção ambiental resolve-se pela noção de desenvolvimento sustentável.

#### 4.2 PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO

O desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas próprias necessidades<sup>6</sup>. Trata-se de um princípio (n. 4) encampado pela Declaração do Rio de Janeiro/92, com o seguinte teor: *A fim de alcançar o desenvolvimento sustentado, a proteção ao meio ambiente deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada de forma isolada.*

No caso específico da mineração no Estado de Santa Catarina, esse princípio sempre foi olímpicamente olvidado e malferido. Ninguém desconhece a importância que a extração do carvão teve e tem como atividade econômica preponderante da região sul do Estado de Santa Catarina, desde o início do século. Foi, sem dúvida, a base do desenvolvimento econômico daquela região. Embora se saiba ser o nosso carvão de qualidade muito inferior ao de outros países como África do Sul, Colômbia, Alemanha e EUA (tem menor poder calórico: o carvão siderúrgico é hoje todo ele importado; tem maior custo e, sobretudo, tem sua extração vinculada a métodos ultrapassados e extremamente poluidores)<sup>7</sup>, a exis-

tência de extensas jazidas a serem ainda exploradas não indicam a cessação das atividades extrativas. Certamente a continuidade da exploração há de se fazer com atenção total à preservação do meio ambiente, ou fatalmente esbarrará nas medidas de prevenção que se espera sejam adotadas e exigidas pelo Poder Público em razão do princípio da prevenção<sup>8</sup>.

#### 4.3 PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO DOS DANOS

Em matéria ambiental, prevenir é mais importante que reconstituir e obter indenização futura por dano já ocorrido. Os prejuízos ao meio ambiente nem sempre são mensuráveis, uma vez que têm repercussões em vários campos da atividade humana. A rigor, muitas vezes as lesões ao meio ambiente, conforme o recurso atingido, são irreversíveis, a despeito da possibilidade de condenação do agressor ao ressarcimento do dano causado. Por isso, afigura-se imprescindível a prevenção, como medida que se antecipe às agressões potenciais à natureza. Em vista do perigo iminente ou potencial de dano ambiental, deve o Poder Público, assim também como o particular, agir, evitando o surgimento da agressão, ou, ao menos, estancando desde logo seus efeitos deletérios, se já iniciada.

#### 4.4 PRINCÍPIO DO POLUIDOR-PAGADOR (OU USUÁRIO-PAGADOR)

Quanto à mineração, este princípio encontra-se assentado no art. 225, §2º, CF:

Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma de lei.

Esse preceptivo constitucional consagra o princípio do poluidor-pagador cogitado por Herman Benjamin: *é aquele que impõe ao poluidor o dever de arcar com as despesas de prevenção, reparação e repressão da poluição. Ou seja, estabelece que o causador da poluição e da degradação dos recursos naturais deve ser o responsável principal pelas consequências de sua ação (ou omissão)*<sup>9</sup>.

#### 5 RESPONSABILIDADE CIVIL PELOS DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DA MINERAÇÃO

**Não há dúvida de que a proteção ambiental é medida de interesse coletivo. O direito ao meio ambiente sadio situa-se entre os interesses difusos da sociedade. Sendo eminentemente público, prevalece sobre o interesse de natureza privada. A preservação ambiental é fator essencial para (...) assegurar a existência da vida em sociedade.**

#### 5.1 RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO CAUSADOR DO DANO AO MEIO AMBIENTE

A responsabilidade pela reparação do dano ambiental é objetiva e baseada na teoria do risco integral. Quem exerce atividades suscetíveis de causarem danos ao meio ambiente sujeita-se à reparação do prejuízo, independentemente de ter agido ou não com culpa. O nexo de imputação, pois, que preside a responsabilização do agente degradador é tão-somente a idéia de risco natural decorrente do exercício de atividade potencialmente lesiva ao ambiente hígido, direito consagrado constitucionalmente.

A teoria da responsabilidade objetiva já estava prevista na Lei n. 6.938, de 31/08/81, que no § 1º de seu art. 14 dispunha que o poluidor estava obrigado ao ressarcimento do dano, independentemente da existência de culpa. Tal orientação foi mantida integralmente pelo legislador constituinte, conforme se verifica da leitura do § 3º do art. 225 da Constituição Federal, que dispõe sobre a responsabilidade do agente pelas condutas lesivas ao meio ambiente, sujeitando-o à reparação do dano causado, sem prejuízo das demais res-

pensabilidades nas esferas criminal e administrativa.

A esse propósito já discorremos no trabalho *Meio Ambiente e Mineração*<sup>10</sup>.

A teoria da responsabilidade objetiva já estava prevista na Lei n. 6.938, de 31/08/81, que, no § 1º de seu art. 14, dispunha que o poluidor estava obrigado ao ressarcimento do dano, independentemente da existência de culpa. Tal orientação foi mantida integralmente pelo legislador constitucional, conforme se verifica da leitura do § 3º do art. 225 da Constituição Federal, que dispõe sobre a responsabilidade do agente pelas condutas lesivas ao meio ambiente, sujeitando-o à reparação do dano causado, sem prejuízo das demais responsabilidades nas esferas criminal e administrativa. A falta de menção expressa do texto constitucional à expressão independentemente de culpa tem levado alguns doutrinadores a conjecturar sobre a real intenção do constituinte. Não nos parece, porém, possa haver dúvida a respeito da adoção, pela Constituição Federal, da teoria da responsabilidade objetiva em matéria de dano ambiental. O legislador constituinte, em verdade, ampliou as garantias de defesa ambiental, promovendo a consolidação das normas especiais e gerais vigentes anteriormente à promulgação da Carta Magna. Prova disso é que a defesa do meio ambiente figura como um dos princípios norteadores da ordem econômica, a dizer que o exercício das atividades produtivas deve estar condicionado à observância dos cuidados indispensáveis que deve ter o empreendedor para evitar a degradação ambiental. Conforme averbou José Afonso da Silva, "tendo-a elevado (a defesa do meio ambiente) ao nível de princípio da ordem econômica, isso tem o efeito de condicionar a atividade produtiva ao respeito do meio ambiente e possibilita ao Poder Público interferir drasticamente, se necessário, para que a exploração econômica preserve a ecologia". Portanto, a Constituição Federal, a par de recepcionar a legislação sobre meio ambiente vigente antes de sua promulgação, dispensou ao problema tratamento especial em termos de garantias oferecidas à sociedade, tanto no que respeita ao ressarcimento dos prejuízos causados como nos casos de intervenção preventiva do Poder Estatal.

São cinco as consequências da adoção da responsabilidade objetiva fundada no risco integral:

a) Irrelevância da intenção danosa: a responsabilidade objetiva visa a garantir, antes, o ressarcimento do prejuízo, ao invés de perquirir sobre eventual intenção por parte do agente.

b) Não-importância da licitude da atividade: a responsabilização do agente causador do dano funda-se no risco da atividade por ele desempenhada, de modo que, embora lícita sua atuação, não poderá ser eximido de ressarcir à sociedade os prejuízos causados. Assim, mesmo devidamente licenciada a atividade mineradora, se vier a causar dano ao meio ambiente ou à saúde pública, deverá responder o agente empreendedor<sup>11</sup>.

c) Irrelevância do caso fortuito, da força maior e do fato de terceiro: não afastam a responsabilidade a contribuição de fatores imprevisíveis (fenômenos climáticos, por exemplo). Assim, se o evento nocivo ao meio ambiente ou à saúde pública ocorre em razão da propagação de rejeitos de carvão causada por ventos fortes ou chuvas, isso é irrelevante na atribuição da responsabilidade ao minerador.

d) Inversão do ônus da prova: para a exclusão de responsabilidade, só resta ao agente a hipótese de provar a inexistência de nexo causal, sendo o único caso em que se pode falar em ônus da prova.

e) Redimensionamento do nexo causal e de sua importância: o nexo causal não é considerado em relação à ação ou omissão, mas sim à atividade desenvolvida pelo agente, que tem o ônus da prova de que sua atividade não é potencialmente poluidora, resolvendo-se a dúvida científica em favor da sociedade, consoante recomenda o princípio da precaução, vigente no Direito Ambiental.

Indiscutível, por outro lado, a caracterização da responsabilidade objetiva para as agressões ambientais iniciadas anteriormente e que prosseguiram, sem solução de continuidade, depois de editada a Lei n. 6.938/81, pois nessa situação configura-se o caso em que a lei posterior, embora prejudicial ao infrator, deve ser aplicada, a exemplo do que ocorre nos delitos continuados, em que tanto a jurisprudência quanto a doutrina acolhem a tese da aplicação da lei mais severa, mesmo retroativamente. No caso da mineração no sul do Estado de SC, esta discussão é, de rigor, irrelevante, pois o Código de Mineração (art. 47, VIII) já previa a responsabilidade objetiva.

## 5.2 TEORIA DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL SOLIDÁRIA DOS CAUSADORES DIRETOS E INDIRETOS DOS DANOS

Disponha o art. 1.518 do Código Civil que os bens do responsável pela ofensa ou violação de direito de outrem ficam sujeitos à reparação do dano causado, e, se tiver mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação<sup>12</sup>. Assim, tratando-se de solidariedade passiva, segundo o art. 904 do Código Civil (art. 275 no novo CC), a dívida comum pode ser exigida, por inteiro, de apenas um dos co-devedores, de alguns ou de todos.

Para Rodolfo Camargo Mancuso, *justifica-se a aplicação do princípio da solidariedade por danos aos interesses difusos, quando se considere: a) que igual regime é aplicado na ação popular, também utilizada na defesa destes interesses; b) a atual Carta Magna prevê que 'as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados' (art. 225, § 3º); c) o regime da solidariedade está na base da estrutura dos interesses difusos*<sup>13</sup>.

## 5.3 IRRELEVÂNCIA DA MENSURAÇÃO NO CONCURSO DE AGENTES CAUSADORES DO DANO

Ninguém pode medir o dano ambiental causado pela mineração indiscriminada na região carbonífera do sul do Estado porque não comporta mensuração. Por isso atribui-se aos causadores do dano a responsabilidade solidária, que independe do alcance causado. A ação pode ser proposta contra um, alguns ou todos os causadores, independentemente da maior ou menor participação. Se alguma empresa polui menos que outra, e tiver de responder por mais do que devia, tal circunstância não pode ser invocada na ação civil pública, devendo resolver-se na via regressiva (nesse caso, com base na culpa).

Em razão dessa circunstância, na ação civil pública, em comentários foram indeferidos os pedidos de realização de perícia técnica para apurar-se o alcance da participação de cada uma das mineradoras no dano causado ao meio ambiente. Quanto a este, três argumentos foram utilizados para o indeferimento da prova

pericial tendente a precisar a sua existência: 1. a juridicalização do inquérito civil público, conclusivo sobre a existência e a extensão dos danos, de forma a dispensar a realização da perícia judicial; 2. a desnecessidade de produção de provas quanto a fatos notórios; e 3. o fato de a região ter sido considerada, pelo Decreto n. 85.206, de 25 de setembro de 1980, a 14ª Área Crítica Nacional para efeito de Controle da Poluição e Qualidade Ambiental.

## 5.4 IRRELEVÂNCIA DAS CAUSAS CONCORRENTES

Embora outros fatores tenham contribuído para a poluição da região, como aqueles decorrentes da agricultura (uso indiscriminado de agrotóxicos na agricultura, erosão, extração de argila etc.), os dados técnicos comprovam que nada se compara aos efeitos da mineração. Regiões vizinhas, eminentemente agrícolas, não enfrentam problemas semelhantes. Assim, a solidariedade autoriza a opção de ação contra um, alguns ou todos os poluidores. Optou o MPF, atento à regra da solidariedade, por implicar as empresas mineradoras. Nelson Nery Júnior ensina que *não existe, para o nosso direito positivo, relevância quanto à separação entre causa "principal" e causa "secundária" do evento danoso para diminuir ou excluir o dever de indenizar. Se da atividade do agente resultar dano ressarcível, há este dever. É curial que deve responder pelo prejuízo experimentado pelo meio ambiente o causador do dano. Não raras vezes, torna-se difícil a identificação perfeita daquele que deu causa ao dano ambiental. Resolve-se este problema com o instituto da solidariedade, instituto que informa a responsabilidade pelo dano ecológico. Não importa para a sociedade em que proporção a indústria x poluiu o ambiente de determinada região, se mais ou menos que a indústria y. Basta alguma delas haver dado causa, por intermédio de sua atividade, à poluição ambiental, circunstância ensejadora de prejuízo ao meio ambiente, para que exista a obrigação de indenizar, havendo legitimidade passiva ad causam para a ação a que estamos tratando*<sup>14</sup>.

## 5.5 A IMPRESCRITIBILIDADE DA AÇÃO SOBRE DANO AMBIENTAL

É imprescritível o direito de ação que verse sobre dano ambiental.



O Direito Ambiental tem conotação patrimonial indireta, pois visa a garantir, em última análise, a própria vida no planeta. Portanto, um direito indisponível, irrenunciável e imprescritível.

A prescrição fulmina o direito de ação por inércia no tempo do titular do direito. Com efeito, se o titular do direito ao meio ambiente hígido não é determinado (titularidade difusa, pois não é possível tratar o direito ao meio ambiente como um direito subjetivo de cada indivíduo da sociedade: há uma pluralidade difusa de vítimas), como se pode cobrar a ação e punir a inércia?

Ademais, os efeitos do dano ambiental comumente se protraem no tempo, indefinidamente, impossibilitando que se tenha como certo o marco inicial do prazo prescricional. Vale citar, a propósito, o escólio de Ricardo Kochinski Marconde e Darlan Rodrigues Bittencourt: *Por outro lado, o tempo que dura a inércia não pode, tampouco, ser revelado, pois o dano ambiental pode ter amplitude tal, que venha a repercutir não só nas gerações atuais como nas futuras. Restaria severamente prejudicada a proteção constitucional das gerações futuras a um meio ambiente equilibrado, se fosse admitida a idéia de prescrição. O dano ambiental, é sabido, não se manifesta, necessariamente logo após o acontecimento do sinistro. As relações jurídicas do Direito Ambiental flutuam em espaço e tempo diversos das relações individuais*<sup>15</sup>.

## 5.6 TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

Atente-se ao que dispõe o art. 225, § 3º, da CF/88:

As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Dentre as hipóteses de desconsideração da personalidade jurídica encontra-se a quebra do princípio da autonomia, por abuso de direito, ocorrente quando, no exercício de algum direito da pessoa jurídica, se ultrapassam os seus limites, alcançando a conduta um objetivo ilícito – no caso a degradação ambiental –, ainda que não tenha havido o propósito de causar o prejuízo, mas simplesmente um desvio do direito da sua finalidade. No item que trata da

**É imprescritível o direito de ação que verse sobre dano ambiental, pois o Direito Ambiental tem conotação patrimonial indireta, pois visa a garantir, em última análise, a própria vida no planeta. Portanto, um direito indisponível, irrenunciável e imprescritível.**

legislação aplicável à mineração a extração de carvão de forma nociva ao meio ambiente sempre foi ilegal, daí conclui-se que os mandatários das empresas mineradoras agiam ao arrepio da lei quando geriam seus negócios.

Os sócios majoritários das empresas, ao permitirem as atividades degradadoras do meio ambiente (ilícitas), cometeram abuso dos seus estatutos ou contratos sociais, violando também a lei. Essa situação, à similitude do que ocorre por disposição expressa do CTN (art. 135) e do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90, art. 28), autoriza que o juiz desconsidere a personalidade jurídica da sociedade.

O novo Código Civil prevê a desconsideração da personalidade jurídica no seu art. 50: *Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de certas e determinadas relações obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.*

## 5.7 A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO PODER PÚBLICO POR DANO AO MEIO AMBIENTE

Art. 225 da Constituição: *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

A responsabilidade civil do Poder Público por dano ao meio ambiente encontra lastro no dispositivo constitucional antes citado e no § 6º do art. 37 da Constituição: *As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

No caso específico da mineração, temos a responsabilidade da União, do Estado e dos municípios por omissão fiscalizatória. Essas três esferas governamentais, consoante dispõe a Constituição, detêm atribuições de defesa e preservação ao meio ambiente, de que não se desincumbiram. A União, por meio do DNPM, mero órgão (despersonalizado) à época; o Estado, em razão da omissão da FATMA; os municípios constituem um caso à parte, pois nem sempre contam com serviço aparelhado para a defesa do meio ambiente. Dessa omissão, entretanto, não resulta sua irresponsabilidade, que tem fundamento constitucional. No caso da ação civil pública que tramitou em Criciúma, o MPF optou por não acionar os municípios. Alegou-se que os municípios deveriam, sob pena de nulidade, figurar no pólo passivo da ação civil pública como litisconsortes passivos necessários, tese que foi afastada com base no princípio da solidariedade que vinga em matéria de dano ambiental, facultando ao titular da ação escolher contra quem irá propor a demanda.

Particularmente, nos casos de responsabilidade pela falta do serviço, antes de partir para a execução contra o Poder Público, deve-se esgotar todas as forças do empreendedor particular, porque a atribuição da responsabilidade à Administração, por via reflexa, penaliza toda a sociedade. Se a solidariedade autoriza o titular da ação civil pública a exigir o cumprimento da obrigação fixada na sentença de qualquer um dos coobri-

gados, não temos dúvida de que a opção deva recair sobre o patrimônio do causador direto do dano, em atenção ao princípio do poluidor-pagador. De qualquer modo, é uma questão a ser analisada pelo titular da ação civil pública.

## 6 A REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL

A reconstituição do meio ambiente afetado, para que seja ele reconduzido ao *status quo ante* (desiderato sempre difícil, oneroso e demorado), constitui a reparação primária e principal, subsistindo a indenização como forma de recomposição subsidiária. De lembrar, no caso, o princípio da efetividade da prestação jurisdicional, traduzido na célebre lição chiovendiana, segundo a qual é função do processo dar a quem tem direito tudo aquilo e precisamente aquilo a que tem direito. A tutela do direito por execução genérica, vale dizer, mediante prestação substitutiva – que, comumente, é representada por equivalente em dinheiro – fica restrita apenas àquelas situações em que se revelar impossível o atendimento da prestação *in natura*. Deve constituir a exceção e não a regra. Em tema de meio ambiente, na maioria das hipóteses, não é suficiente indenizar, mas sim fazer cessar a causa do mal, pois o dinheiro não o substitui o sono recuperador, a saúde dos brônquios, ou a boa formação do feto, enfim, não restitui a vida aos seres vivos que sucumbiram diante da poluição<sup>16</sup>.

A reparação do dano ambiental público, seja na via ressarcitória, seja como forma de recomposição, não impede que os particulares lesados também pleiteiem reparação do dano ambiental privado. Quem, por exemplo, tenha perdido as águas de uma lagoa pelo fenômeno da subsidência, quem tenha suas terras afetadas pela erosão ou por qualquer forma de infertilidade, quem tenha suas lavou- ras contaminadas, quem tenha contraído uma doença em razão da poluição decorrente da atividade mine- radora, poderá pleitear do causador direto ou indireto do dano a devida reparação<sup>17</sup>.

## 8 CONCLUSÃO

O Poder Judiciário, especial- mente a Justiça Federal e os Tribu- nais Regionais Federais, tem pauta- do suas decisões na preservação dos valores ambientais preconizados pela

Constituição. As soluções para os casos complexos gravitam em torno da aplicação dos princípios constitu- cionais e pressupõem a harmoni- zação entre eles. Assim, descum- prido o comando constitucional de preservação ambiental, que acarrete dano ao meio ambiente, impõe-se o dever de reparação, o que se pode dizer também no caso de omissão estatal quanto ao dever de coibir ef- cazmente a degradação ambiental. A obrigação de reparação do dano ambiental é objetiva (baseada no rí- sco integral), solidária e imprescritível.

## NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 A água, bem vital para a existência do homem, será um dos bens mais preciosos do terceiro milênio. Segundo estudos da Organização das Nações Unidas (ONU), a crise do abastecimento poderá atingir diversas regiões da Terra nos próximos anos devido à contaminação que ameaça as reservas de água doce do planeta e ao aumento da demanda. Hoje as estimativas indicam que cerca de 10 milhões de pessoas morrem anualmente devido a doenças transmitidas pela água; quase a metade dos animais de água doce, conforme o Fundo Mundial para a Natureza, já desapareceu; em breve teremos conflitos bélicos pelo controle da água. A preocupação com o problema da água, portanto, é antiga. Várias foram as medidas práticas voltadas à recuperação de rios. Temos o exemplo do caso do Rio Sena, que há bem pouco tempo não permitia a sobrevivência de qualquer espécie de peixe, e hoje permite a pesca pelo menos cinco variedades. A situação da região sul do Estado de Santa Catarina, entretanto, permanece a mesma, nada tendo sido feito para a solução do grave problema de sua comprometida malha hidrográfica.
- 2 Em relação à continuidade das atividades mineradoras, é indispensável, mesmo para as empresas com titulação anterior à Lei da Política Ambiental e anterior à Cons- tituição, que apresentem o prévio relatório de impacto ambiental. Alega-se, inclusive sendo esta a posição FATMA, órgão estadual de controle ambiental, que essas empresas estariam dispensadas. Disse Milaré: *não existe o direito adquirido de poluir. Novas normas protetivas do meio ambiente têm aplicação imediata, pois são normas de ordem pública. Destarte, aplicam-se não apenas aos fatos ocorridos sob sua vigência, mas também às conse- quências e efeitos dos fatos ocorridos sob a vigência lei anterior (facta pendencia)* (MILARÉ, Edis. *Direito do Ambiente*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 239).
- 3 *Revista de Direito Ambiental*. São Paulo, n. 21, 2000, p. 329/369.
- 4 É preciso distinguir, num primeiro plano, regras e princípios. Estabelecendo-se comparação entre ambos, os princípios: (a) possuem um grau de abstração e generalidade maior do que as regras; (b) são vagos e indeterminados, carecendo

das regras para que adquiram concretude; (c) estão em nível hierárquico superior ao das regras, a que constituem fonte de elaboração e fundamento de validade (deveres de otimização); (d) representam padrões de justiça, enquanto as regras têm conteúdo meramente funcional, voltadas que estão para a disciplina de situações jurídicas específicas, e (e) possuem uma dimensão de peso, que será considerada em caso de colisão de princípios, quando, então, o princípio com peso relativo maior sobrepõe-se ao outro, sem que este perca a sua validade.

- 5 Robert Alexy explica que a lei da ponderação obedece a três fases. *Na primeira fase deve ser determinada a intensidade da intervenção. Na segunda fase se trata, então, da importância das razões que justificam a intervenção. Somente na terceira fase sucede, então, a ponderação no sentido estrito e próprio.* (Colisão de Direitos Fundamentais e Realização de Direitos Fundamentais no Estado de Direito Democrático, *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*. Rio Grande do Sul, v. 17, 1999, p. 278).
- 6 Relatório “Nosso Futuro Comum” da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987).
- 7 O carvão brasileiro possui baixo poder de queima e elevado teor de cinzas, que o torna sem qualquer competitividade no mercado interno e externo, pelo menos em relação ao produzido nos EUA, na Alemanha, na África do Sul e na Colômbia. Ademais, existe uma distinção funda- mental nas condições da extração. Nos EUA e na Alemanha há, sobretudo, respeito às normas ambientais: as ONGs são mais atuantes e o empresariado cumpre as normas a qualquer custo, nem tanto pelo rigorismo das sanções, que é, de fato, mais acentuado, mas pelo temor de perder a credibilidade perante a opinião pública.
- 8 Traz à colação a advertência de Ubiracy Araújo: *A utilização dos recursos naturais constitui para o homem não só uma necessidade básica, para suprimento dos insumos, geração de energia, produção de alimentos, produção de matéria-prima para a indústria de transformação etc. como também fonte de geração de riquezas e empregos. Sabe-se, também, que a mesma natureza que oferece estes recursos é a depositária dos rejeitos produzidos face à sua exploração. Desta forma, a utilização/exploração de forma desordenada ou imprópria conduzirá inevitavelmente ao esgotamento dos recursos exauríveis – ou não renováveis – bem como à impossibilidade de utilização dos recursos chamados renováveis, em face da superutilização, que alteraria as condições ecológicas que permitiriam a regeneração natural* (Mineração e Garimpo, *Revista de Direito Ambiental* São Paulo, Revista dos Tribunais, n. 1, p. 72/79).
- 9 O princípio do poluidor-pagador e a reparação do dano ambiental, *apud Dano Ambiental: Prevenção, reparação e repressão*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, p. 236.
- 10 *apud* Direito Ambiental em Evolução, Coordenador Vladimir Passos de Freitas. Curitiba: Juruá, 1998, p. 251/2.

- 11 José Afonso da Silva assim aborda o tema: Não exonera, pois, o poluidor ou degradador a prova de que sua atividade é normal e lícita, de acordo com as técnicas mais modernas. Lembra Helli Alves de Oliveira a doutrina da normalidade da causa e anormalidade do resultado, que fundamenta a reparação, no caso da responsabilidade objetiva. Não libera o responsável nem mesmo a prova de que a atividade foi licenciada de acordo com o devido processo legal, já que as autorizações e licenças são outorgadas com a inerente ressalva de direitos de terceiros, nem que exerce a atividade poluidora dentro dos padrões fixados, pois isso não exonera o agente de verificar, por si mesmo, se sua atividade é ou não prejudicial, está ou não causando dano" (SILVA, José Afonso da. *Direito Ambiental Constitucional* 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 216).
- 12 O atual Código Civil prevê a responsabilidade solidária no art. 942, com semelhante redação.
- 13 MANCUSO, Rodolfo Camargo. *Ação Civil Pública: em Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e dos Consumidores*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. p. 191.
- 14 NERY JÚNIOR, Nelson. Responsabilidade Civil por Dano Ecológico e a Ação Civil Pública, *apud Revista de Processo*, n. 38. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 138.
- 15 MARCONDE, Ricardo Kochinski, BITTENCOURT, Darlan Rodrigues. Lineamentos da Responsabilidade Civil Ambiental. In: *Revista de Direito Ambiental* n. 3, São Paulo, Revista dos Tribunais, p. 146.
- 16 Deve-se ressaltar a extrema importância das tutelas inibitórias de urgência, dentre elas a antecipatória, nas ações que versem sobre dano ao meio ambiente, porquanto a reparabilidade de eventual dano, em caso de procedência da ação, é demorado, e o abuso do direito de defesa é comum por parte dos poluidores. Os provimentos inibitórios, que se antecipam à ocorrência do ato ilícito ou fazem com que cesse se já iniciado, assumem peculiar relevo, mormente no que diz respeito às obrigações de fazer e de não fazer. Os princípios da precaução e da supremacia do interesse público sobre o privado justificam a intervenção rápida e eficaz da jurisdição mediante tutelas inibitórias de urgência.
- 17 Convém sublinhar o fato de que a lei distingue entre o dano causado à saúde das pessoas e aquele que atinge diretamente o meio ambiente (dano privado e público). As ações lesivas ao meio ambiente afetam não apenas a biota, mas acabam por causar danos também à saúde das pessoas. A distinção feita pelo legislador não pode ser ignorada e revela-se de muita utilidade no campo de atuação das regras de processo (especialmente quanto à ação a ser manejada e à legitimidade ativa). A tutela do dano ao meio ambiente, como direito difuso, é feita por ação civil pública ou ação popular, destacando-se, quanto à ação civil pública, a especial legitimidade do Ministério Público. Quando se trate de dano à saúde, cuidando-se de direito individual homogêneo, tem o Ministério Público legitimidade para propor ação civil pública (com base nas disposições do Código de

Defesa do Consumidor ou quando houver relevante interesse social), assim como cada particular lesado. Sendo apenas individual o direito violado, uma vez que ausente a pluralidade de vítimas de um mesmo fato, somente é cabível a ação individual, para a qual não tem legitimidade o Ministério Público.

## ABSTRACT

The author states that the concern about the environmental salubrity, in a general way, is relatively recent. Conversely, mankind, since the beginning of its existence on Earth, has been degrading it.

He highlights that the environmental liability is enormous in all economical activities, taking into account the environmental damages which are caused by the disordered urbanization, deleterious utilization of the sea resources, indiscriminate use of agrochemicals in agriculture, vegetal extraction of native forests and the exposition to risk of a great part of our drinking water fountains etc.

He explains that nobody ignores the degrading effects of gold, cassiterite, gypsum, and *xelita* (tungstenium ore) mining in the Amazon forest and in the northeast region as well.

At the end, he focuses on the harmful environmental degradation situation in the south of Brazil, mainly in Santa Catarina State, as a result of the mineral coal extraction, which originated a noisy public civil action which was judged at the Federal Justice of Criciúma.

KEYWORDS - Environmental Law; environmental damage; environmental degradation; Santa Catarina; environment.

Paulo Afonso Brum Vaz é Desembargador do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Porto Alegre-RS.